Memória do jornalismo: a construção de um passado[1]

Mônica Mourão[2]

Resumo
O objetivo deste trabalho é analisar, do ponto de vista das construções memoráveis, o projeto Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, desenvolvido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Para isso, primeiro, situamos a memória no atual contexto. Na sequência, perguntamo-nos sobre o papel do pesquisador na constituição de documentos e na "conservação" do passado. No terceiro tópico, fazemos uma crítica sobre como é construída a memória e a história do jornalismo brasileiro. Por fim, analisamos a página na internet do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

Palavras-chave
Jornalismo; história; memória

Algumas das ideias do senso comum relativas à memória a relacionam sempre e exclusivamente com o passado, colocando-a numa situação de oposição ao esquecimento, sendo a primeira positiva e, este último, negativo. Além disso, há – mesmo entre autores que se debruçaram sobre o tema, como Henri Bergson (2006) – aqueles que defendem que a memória pode ser evocada em sua totalidade, como se os acontecimentos passados se atualizassem no presente através das lembranças.

Não são essas as noções que vão basear o nosso trabalho. Ancoramo-nos na perspectiva social da memória, inaugurada com Maurice Halbwachs (2006), que dá ênfase nos processos coletivos de *construção* da memória, o que evidencia o caráter seletivo dos processos mnemônicos, em substituição à ideia de *evocação*. Ou seja: o passado não reaparece tal e qual aconteceu a partir das operações de memória, mas partes dele são lembradas, enquanto outras são esquecidas.

O caráter seletivo da memória é bastante evidenciado por Paul Ricoeur (2000). Segundo ele, haveria a seguinte distinção: memória impedida (ligada à noção de inconsciente freudiano), memória manipulada (relacionada à narratividade) e esquecimento comandado ou institucional (anistia)[3]. Deve-se considerar que toda memória é manipulada, no sentido de que ela só tem materialidade a partir do momento em que é narrada, e narrar é sempre uma escolha.

---

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço eletrônico: monicamourao@gmail.com
[3] No original, *mémoire empêchée*, *mémoire manipulée* e *oubli commandé*. Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000.

O esquecimento pode ter um caráter impositivo, de uso político, mas pode ser apenas parte das operações mnemônicas: para lembrar, faz-se necessário esquecer, e teríamos sociedades doentes caso tudo fosse recordado e nada nos escapasse, à semelhança dos processos individuais e psíquicos. O esquecimento pode significar apenas a seleção necessária para que se recorde, mas pode também ser sintoma de que sociedade se vive ou de que memória se deseja (ou se obriga) legar para o futuro.

Quando se menciona o futuro, já fica explícito que a memória não trabalha apenas com o passado, mas opera com diferentes temporalidades. Afinal, é no presente que se recordam acontecimentos passados. A depender da maneira como se constrói tais recordações, deixaremos certo recorte de memória para o futuro. A memória, portanto, é também um projeto e pode ter um forte teor de intencionalidade.

Talvez por isso mesmo, ela seja alvo de disputas, algo pouco enfatizado na obra de Halbwachs (2006). Segundo esse autor, nossa memória sempre é memória coletiva, por mais que se refira a acontecimentos que vivenciamos sozinhos. Mesmo havendo uma memória individual, para Halbwachs, ela é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e "este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (Ibidem, p. 69). Então, pessoas que fazem parte do mesmo grupo não se lembram dos fatos de maneira idêntica, embora haja grandes semelhanças, que tornam esse grupo coeso.

Halbwachs considera que a memória coletiva é "uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém" (Ibidem, p. 102). Essa memória coletiva, entretanto, não é única: existem tantas quantos foram os grupos humanos.

Embora ele não insira de maneira clara a questão da dominação, podemos relacionar esse pensamento ao de Michael Pollak (1989). Para este, nem todas as memórias coletivas de uma sociedade coexistem pacificamente, integrando-se sem dificuldades à memória nacional – dominante e hegemônica. Em desacordo com a memória nacional, os grupos portadores de memórias subterrâneas, em geral, silenciam até que mude o contexto político-social que os impede de manter uma posição diferente da memória hegemônica e enquadrante.

O autor também problematiza as mudanças nos rumos da memória de instituições, como no caso do Partido Comunista da União Soviética, e a discrepância que pode haver

entre essa imposição e as memórias das pessoas que formam determinado grupo (no exemplo mencionado, os comunistas). As memórias coletivas não seriam, portanto, um "fluxo contínuo", algo "natural", mas sim resultado de tensões, disputas e consensos possíveis.

É a partir principalmente destas concepções teóricas que este artigo se desenvolve. Seu principal objetivo é analisar, do ponto de vista das construções memoráveis, um projeto intitulado Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, desenvolvido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, desde 2008, com patrocínio da Petrobras.

O Centro se autodescreve como tendo em seus objetivos "a preservação e o registro da história da imprensa brasileira, através da constituição de acervo e do desenvolvimento de atividades e produtos para difundi-la entre profissionais, estudantes e o público em geral. Além disso, o Centro espera constituir-se em local para o aprimoramento e o debate acerca da atividade jornalística na atualidade". Ele funciona de forma virtual, através de uma página na internet, e também numa sala do Sindicato.

O site do Centro (http://www.ccmj.org.br) se organiza em torno das seguintes seções: Sobre o Centro; Acervo; História do Jornalismo; Notícias; Biblioteca; Guia de Fontes de Pesquisa; Espaço Interativo. Para o objetivo deste trabalho, vamos abordar as seções Acervo e História do Jornalismo, pois é nessas duas em que, prioritariamente, se tratam de questões ligadas mais diretamente a memória e história. A partir delas, pretendemos compreender que tipo de *memória* o Centro constrói sobre o jornalismo e que ideia de *história* ele reforça.

Para isso, organizamos o artigo da seguinte maneira: primeiro, procuramos situar a memória no nosso atual contexto, tanto político quanto cotidiano. Na sequência, perguntamo-nos sobre o papel do pesquisador na constituição de documentos e na "conservação" do passado. No terceiro tópico, fazemos uma crítica sobre como é construída a memória e a história do jornalismo brasileiro. Por fim, analisamos a página na internet do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

Hipervalorização da memória?

Beatriz Sarlo (2007) faz a seguinte provocação: estaríamos vivendo apenas o presente ou desenvolvemos uma mania preservacionista? Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro permite ao observador atento vislumbrar vários apelos à memória: a banca de revistas vende

livreto com técnicas de memorização; os comerciantes da Rua da Carioca, cujos sobrados correm o risco de ser demolidos, clamam pela memória dos estabelecimentos do lugar; o banner pendurado na frente do edifício do Arquivo Nacional anuncia a exposição "Memória do Mundo"; cartazes de festas convidam as pessoas a relembrar os anos 1980 e 1990.

Do ponto de vista político-institucional, a memória também parece estar em voga. Em 2011, foi promulgada a Lei nº 12.527, que efetiva o exercício do direito fundamental de acesso à informação pública, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, de 1988. Segundo a nova lei, órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos municipal, estadual e federal, têm obrigação de fornecer informações solicitadas pela população dentro do prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais dez. O objetivo é garantir a transparência das informações públicas, e a lei vem num contexto de abertura de documentos secretos para consulta da população.

No período em que o projeto que deu origem a esse lei foi debatido, a presidenta da República, Dilma Rousseff, chegou a dar declarações públicas sobre a defesa da abertura dos documentos secretos, especialmente quando eles se referirem a violações de direitos humanos. Para ela, apenas os documentos que ameaçassem a "soberania nacional" deveriam ser mantidos sob a rubrica de "ultrassecretos".

A discussão vem no bojo das lutas dos familiares de desaparecidos e ex-presos políticos da ditadura militar brasileira (1964-1985), já que eles são prováveis beneficiados com a abertura dos arquivos. Além das diversas associações formadas por esses grupos no país, desde 2009 funciona o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), com o sugestivo nome de "Memórias Reveladas", coordenado pelo Arquivo Nacional, da Casa Civil da Presidência da República. "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça" é o evidente apelo à memória feito através do slogan do Centro, em destaque em sua página na internet.

Esses são alguns exemplos que mostram o quanto a comparação entre a realidade brasileira e a argentina, analisada por Beatriz Sarlo, não é totalmente descabida. Embora lá tenha havido julgamento dos ditadores ainda na década de 1980, enquanto aqui a Lei da Anistia, de 1979, livrou-os de qualquer investigação, as reivindicações da sociedade civil e os movimentos artístico-intelectuais em torno da construção de certa memória da ditadura que privilegie a visão dos que combaterem contra ela aproximam os dois países.

A Argentina tem sido, inclusive, inspiração para os brasileiros, que passaram a fazer o que se chama de "escrachos": os manifestantes vão até a casa ou local de trabalho de quem

se quer denunciar, em geral, um torturador da ditadura, e divulgam quem ele foi, através de pichamentos, cartazes e da fala. A prática é feita em diferentes países da América Latina.

Todos esses casos, associados à profusão de produtos culturais, como filmes, novelas de época e livros, formam pistas que nos levam a concordar com Sarlo que vivemos mais uma mania de passado do que um presente fugaz. Mesmo a efemeridade da internet esconde um viés preservacionista, já que ela permite que se formem arquivos, que se guarde e compartilhe informações numa quantidade impensável antes da criação e difusão dessa tecnologia. Jacques Le Goff (1994), ao analisar os desenvolvimentos contemporâneos da memória, ressalta que uma das consequências da memória eletrônica é a revolução documental na história.

O objeto deste artigo só existe no formato em que se apresenta devido à possibilidade de preservação e difusão existente com a internet. O Centro de Cultura e Memória do Jornalismo será analisado, então, partindo do pressuposto de que vivemos uma cultura da memória, em que "preservar" o passado é tarefa exercida de diferentes formas, por diferentes atores sociais e entidades, com objetivos diversos.

A preservação do passado e a constituição de documentos

O uso das aspas no verbo "preservar", no item anterior, não é injustificado. Como já foi afirmado na introdução deste texto, considera-se aqui que o passado não é simplesmente evocado pela memória, mas sim construído a partir dela, já que se trata de um trabalho de seleção. Este trabalho de seleção, quando se trata de se narrar o passado através da história (como disciplina), inicia-se desde a escolha do tema, da problematização e da constituição das fontes pelo historiador.

Le Goff (1994) faz uma importante reflexão com relação a esse ponto. Ele estabelece uma diferença entre monumentos (heranças do passado) e documentos (escolhas do historiador). O monumento seria então legado para o futuro por quem detém o poder no presente e deseja perpetuar determinada memória. Já o documento, numa visão positivista da história, anterior à Escola dos Annales (desenvolvida principalmente a partir da década de 1930), seria uma prova histórica. Estaria embebido de um caráter objetivo e, portanto, serviria melhor aos propósitos do historiador.

O que a nova história vai contestar é que esses documentos também estão impregnados de subjetividade. Foram criados por homens que podem, inclusive, ter tido a intencionalidade de legar certa concepção para o futuro, podendo se constituir também em

monumento, se a transformação de documentos em monumentos for, como afirmou Paul Zumthor, definida por sua utilização pelo poder (Zumthor apud Le Goff, 1994, p. 545).

Para Marc Bloch, um dos criadores da Escola dos Annales:

> Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Bloch apud Le Goff, 1994, p. 544).

Portanto, se concordamos com as afirmações de Zumthor e de Bloch, todo documento tem uma dupla intencionalidade: a dos que o elaboraram e a dos que, posteriormente, analisam-no. Numa concepção herdeira da história positivista, mas ainda bastante presente, o documento ganha mais legitimidade do que os depoimentos orais, devido a um excesso de confiança que se deposita sobre os textos escritos em comparação com as narrativas orais. Alessandro Portelli (1991) desfaz essa ideia a partir de diversos pressupostos, sendo que um deles nos interessa especialmente: muitos dos documentos escritos têm sua origem na oralidade, como, por exemplo, os judiciais e policiais. Essa seria mais uma forma de se perceber o caráter subjetivo presente em todos os documentos.

Antes da contestação às noções positivistas de história, os documentos eram considerados essenciais, fundamento do conhecimento histórico. Com a Escola dos Annales, contudo, começa uma defesa de que, se documentos são importantes, eles não são apenas os documentos escritos tradicionais. Seu conceito se amplia, como se pode observar a partir do trecho da primeira edição da revista da Escola (1929):

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas (Febvre apud Le Goff, 1994, p. 540).

A história oral ganha força justamente a partir dessa noção. De acordo com François (in Amado; Ferreira, 1996), ela colabora para o conhecimento histórico de forma geral e demonstra de forma convincente o quanto todo objeto histórico é resultado de uma escolha. Desse modo, embora seja comum utilizar-se o termo “preservar” o passado ou a memória

de algo, sabemos que se trata mais de uma elaboração, construção, seleção ou escolha. É isso o que faz o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, inclusive de forma bastante evidente, ao criar documentos a partir de depoimentos orais coletados, transcritos e divulgados em sua página na internet.

História e memória do jornalismo brasileiro

Uma das críticas feitas à forma como se conta a história do jornalismo brasileiro é que ela se centra em "grandes" personagens e seus feitos, como se a história não fosse um processo, e sim feita por bruscas rupturas empreendidas por mentes geniais de "homens à frente do seu tempo" (Barbosa, 2007; Ribeiro, 2007; Albuquerque, 2004).

A partir dessa perspectiva, a década de 1950 surge como um divisor de águas na história do jornalismo brasileiro. "Parte da historiografia da imprensa costuma dividir o século XX em duas etapas bem definidas: antes de depois dos anos 1950" (Ribeiro, 2007, p. 17). Esse período ficou marcado como o que transformou o jornalismo brasileiro, que teria deixado de ser dependente das esferas política e literária e tornado-se autônomo, a partir da realização de mudanças implementadas em reformas textuais (com uso de técnicas do jornalismo dos Estados Unidos, como o lide[4], e a adoção de manuais de redação, para padronizar os textos) e reformas gráficas (valorização da diagramação para hierarquizar as informações nas páginas e da fotografia espontânea, por exemplo).

A história dessa década e de seu lugar no conjunto da história do jornalismo no Brasil é contada, normalmente, sem considerar a perspectiva processual de qualquer acontecimento histórico. Arriscamo-nos a afirmar que parte desse problema se dá devido às pesquisas que utilizam história oral sem problematizar os depoimentos, limitando-se a reproduzir o que dizem os jornalistas que viveram o período, além do uso também acrítico de livros de memórias.

> Os entrevistados e os autobiógrafos lembravam, quase sempre, os mesmos eventos, selecionavam os mesmos fatos, contavam as mesmas anedotas, tinham uma versão mais ou menos idêntica a respeito do período estudado. Quase todos apontavam a década de 50 como o apogeu da imprensa brasileira, os seus anos dourados, o momento em que o jornalismo se afirmou como força industrial (Ribeiro, 2002, p. 02).

[4] Primeiro parágrafo de textos jornalísticos informativos, deve conter as informações principais do acontecimento, a partir da resposta às seguintes perguntas: o quê? Quem? Onde? Quando? Como? Por quê?

Marialva Barbosa também reforça a ideia de que os anos 1950 ganharam relevância a partir do discurso construído sobre eles pelos que os vivenciaram.

> E nada mais condizente com o momento social da década de 1950 do que se transformar mais do que em porta-voz da modernização, mas em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no *discurso* com que referendam esse processo (Barbosa, 2007, p. 153).

Essas características fizeram com que Afonso de Albuquerque considerasse que os anos 1950 são relatados como constituindo o mito de origem do jornalismo brasileiro. “Os anos cinqüenta marcam, portanto, o início de um processo de racionalização através do qual o jornalismo brasileiro se põe no mundo” (Albuquerque, 2004, p. 09). Ainda segundo o autor, as narrativas em torno desse momento relacionam-se mais com as estruturas míticas do que com relatos historiográficos.

Partindo da compreensão de que a história do jornalismo é construída dessa forma, podemos observar de que maneira o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo lida com essa questão, se reforça a característica mítica ou histórica, se aborda a história como processo ou como ruptura. Para isso, é importante que discutamos a relação entre memória (termo presente no título do Centro) e história (nome dado a uma das seções que iremos analisar).

De acordo com Lowenthal:

> Memória e história são processos de introspecção (*insight*): uma envolve fragmentos da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável (Lowenthal, 1981, p. 66).

O autor destaca ainda que a história seria coletiva, corroboraria com a identidade coletiva, enquanto a memória com a individual. A primeira seria mais estável e permitiria conhecer coisas de tempos que não o que vivemos. Contudo, a história carrega também subjetividade, visto que necessita de um mediador, intérprete dos acontecimentos (Ibidem, p. 113).

Apesar de trazer essa nuance de apresentar a história como uma construção subjetiva, a ideia se aproxima, em certa medida, com a de Halbwachs, para quem a memória coletiva seria memória viva, presente de forma espontânea nos grupos que compartilham vivências,

relatos e valores. A memória se tornaria memória histórica quando passa a ser exterior às pessoas, sendo fixada em formas esquemáticas, como datas, eventos e representações. Para Halbwachs, a memória única é a histórica, e esse termo não faria muito sentido caso se pensasse que a história só começa "no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social" (Ibidem, p. 101).

A divisão feita por Halbwachs é bem mais radical do que a de Lowenthal, para quem história e memória têm mais aspectos em comum. Devemos considerar que Halbwachs fez tais reflexões no fim da década de 1940 e se refere a uma concepção positivista de história. Para os objetivos deste artigo, iremos considerar que tanto memória quanto história são formas de se acessar o passado, a partir do presente, construindo legados para o futuro. Essas duas formas se aproximam quanto mais a história se desprende de suas fontes tradicionais e busca constituir "documentos" a partir de signos, paisagens e telhas, como afirmava Febvre. Ainda assim, há diferenças que se mantêm, sendo a memória, algumas vezes, matéria-prima para a história e, esta última, um relato que não apenas reproduz memórias, mas que as interpreta criticamente e as põe em relação a outros documentos, de tipos diversos.

O Centro de Cultura e Memória do Jornalismo

Como já afirmamos, vamos analisar aqui duas seções da página na internet do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo: Acervo e História. Com relação à primeira, é constituída pelas subseções Fotos, Depoimentos, Periódicos, Vídeos e Áudios. Vamos, aqui, tratar apenas do link Depoimentos, por ser o que contém mais informações e por considerá-lo suficiente para inferir como se dão as construções memoráveis feitas pelo Centro.

Em artigo publicado no livro "Usos e abusos da história oral", Jorge Eduardo Aceves Lozano (1996) estabelece quatro tipos de historiador oral, reunidos em dois grupos. Sob a faceta técnica, estariam os arquivistas-documentalistas e os difusores populistas. O que o autor chama de "faceta metódica" reuniria o reducionista e o analista complexo. Os do primeiro tipo, para Lozano, criam e organizam arquivos de documentos; apressam-se em recolher uma ampla gama de testemunhos; procura acumular dados orais, mais do que compreender a história; podem ser importantes fornecedores de "matéria-prima".

Já os difusores populistas seriam aqueles que difundem a história dos excluídos da história oficial; são correia de transmissão do conteúdo do discurso dos subalternos; têm

pressa em dar a conhecer os depoimentos e se posicionam como os porta-vozes dos "outros".

Para o pesquisador reducionista, a história oral é apêndice ou complemento para comprovação factual ou ilustração testemunhal; os depoimentos são considerados em segundo plano por seu caráter subjetivo. Os analistas complexos consideram a fonte oral em si, não apenas como mero apoio factual. Não se limitam a um único método ou técnica. Defendem que a versão da história da sociedade é tão válida quanto a das fontes documentais e mantêm com todas elas o mesmo rigor.

Em seu texto, Lozano claramente privilegia a última categoria de pesquisador, colocando seus tipos numa escala de "evolução", do pior para o melhor. Apesar de concordar com a tipologia que ele estabelece, discordamos, contudo, do juízo de valor que o autor aplica sobre ela. O pesquisador que se dedica a criar e organizar arquivos tem uma importância fundamental para o trabalho de outros pesquisadores, especialmente quando estes precisam de material sobre períodos bastante anteriores ao contemporâneo.

O que Lozano chama de difusor populista tem um papel militante fundamental, muito frequente em períodos de conflitos e disputas por visões de mundo, como no atual contexto carioca de transformação da cidade para os megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), que tem gerado diversos documentários em que o foco é dar voz às pessoas que, em geral, não têm espaço na mídia hegemônica (como nos documentários "Domínio Público" e "Casas Marcadas").

Com relação ao pesquisador reducionista, acreditamos que a nomenclatura parte da ideia de que um bom trabalho deve, necessariamente, ter um enfoque na história oral, o que não é o caso para diversas pesquisas, a depender do seu tema e abordagem. Elas podem se beneficiar de informações coletadas oralmente para enriquecer suas fontes, sem que obrigatoriamente os depoimentos sejam seu principal escopo.

Fazemos todo esse preâmbulo para afirmar que, ao usar a classificação de Lozano, não nos apropriamos do juízo de valor que ele faz sobre os tipos de pesquisador e de pesquisa em história oral. Esclarecido esse ponto, colocaríamos o tipo de história oral feito pelo Centro de Cultura e Memória do Jornalismo na subseção Depoimentos como sendo "arquivista-documentalista". A página do Centro disponibiliza 52 entrevistas com jornalistas, no estilo "perguntas e respostas". Não é feita uma análise do que é dito, nem existem, no site, artigos ou outras publicações que problematizem os depoimentos. Eles estão ali para servir como fonte para outros pesquisadores.

Porém que tipo de fontes (ou documentos), são disponibilizados? A partir dos perfis dos entrevistados que formam a subseção Documentos, procuramos identificar quem foram os escolhidos para ser ouvidos pelo Centro[5]. Dos 52 entrevistados, 46 podem ser considerados "grandes testemunhas". São jornalistas que fundaram veículos ou cadernos; exerceram cargos diretivos, como editores, subeditores, chefes de redação; ganharam prêmios, sendo o Esso o mais citado; são autores de livros; foram correspondentes internacionais ou realizaram grandes coberturas. Alguns ainda foram representantes da categoria, através de sindicatos ou da Associação Brasileira de Imprensa, e um deles foi representante de entidade de donos de empresas de comunicação.

Alguns pesquisadores que trabalham com história oral diferenciam as "grandes testemunhas" das "pequenas testemunhas". As grandes seriam aquelas que têm o sentimento de terem feito a história, enquanto as pequenas consideram que não têm nada a dizer. O primeiro tipo de fonte, em geral, está acostumado a dar depoimentos e oferece "um discurso trancado, construído e controlado"; o risco do segundo tipo de fonte seria revelar elementos "isolados voluntariamente ou não num discurso factual" (Lozano, 1996, p. 39).

Esses jornalistas são, portanto, em sua imensa maioria, grandes testemunhas, e muitas vezes assim considerados pelo próprio texto do seu perfil publicado no site do Centro. Termos como "um dos mais respeitados jornalistas", "um dos mais importantes" são comuns para descrevê-los. Com relação ao gênero, dos 52 entrevistados, apenas duas são mulheres. Compreendemos que, há algum tempo, as mulheres eram minoria nas redações. Contudo, uma diferença tão abissal não reflete a proporção numérica que se encontra no dia-a-dia jornalístico. E, de qualquer forma, é certamente uma mostra de que contar a história dessa profissão ainda está sob o poder masculino.

Outro recorte importante é que os depoimentos foram tomados com pessoas de diferentes locais de nascimento. Mas todos, sem uma única exceção, fizeram carreira em veículos do Rio de Janeiro ou de São Paulo. O nome do Centro não o situa geograficamente, embora sua sede física se localize na cidade do Rio de Janeiro. Assim, não fica explícito se existe uma pretensão a se tratar da cultura e memória do jornalismo no Brasil, mas por não haver uma definição regional e por não se abordar apenas o jornalismo carioca, apesar de ser feito pelo sindicato desse lugar, subentende-se que existe uma pretensão à abordagem nacional, o que não se concretiza nem nesta seção nem em outras.

[5] Buscamos referências sobre os entrevistados no link "Perfis", da seção "História do Jornalismo", na própria página do Centro.

Com relação à seção História do jornalismo, ela abrange as subseções Linha do Tempo, Perfis e Memória Sindical. A Linha do Tempo se guia pelo viés positivista da história, "destacando alguns dos acontecimentos significativos para o desenvolvimento do nosso jornalismo". Assim diz o texto de apresentação desse link, que faz a ressalva de que a história do jornalismo brasileiro começou em 1808, mas que será dada ênfase sobre o século XX. O texto também se resguarda de possíveis críticas a lacunas, por afirmar que se trata "de uma cronologia em construção, aberta a contribuições".

Compreendemos que as ressalvas mostram que os organizadores do site assumem que a linha do tempo proposta por eles está incompleta. Porém, como não é possível resgatar o passado de forma completa, qualquer outra proposta de linha do tempo também estaria incompleta. Pretendemos entender, então, que noção de história do jornalismo se pode ter a partir da seleção proposta pelo Centro.

Em primeiro lugar, a linha do tempo abrange as décadas de 1950 a 1990. Os anos 2000 têm um lugar reservado, mas ainda sem conteúdo disponível. A década escolhida para o início da linha do tempo é um marco no que ficou conhecido como criação do "moderno jornalismo brasileiro".

Como já afirmamos, no Brasil, a década de 1950 ficou marcada por ter sofrido influência do jornalismo norte-americano. Os anos 1950 são considerados ícone da mudança de um jornalismo abertamente opinativo e influenciado pela política e pela literatura por outro tipo, calcado em informações objetivas. Essa mudança não se deu de forma absoluta, desenvolveu-se através de avanços e recuos (Ribeiro, 2007) que levaram o jornalismo brasileiro a se tornar de um tipo diverso daqueles que o influenciaram (Albuquerque, 2012).

Iniciar a linha do tempo por essa década significa corroborar para o mito fundador do jornalismo brasileiro, como tinha apontado Albuquerque: antes de 1950, tudo seriam caos e trevas. A "civilização" no mundo do jornalismo só teria se iniciado a partir de então. Os "fatos históricos" dos anos 1950 selecionados pelo Centro são os seguintes:

– 1950: Civita funda a Editora Abril, o Diário Carioca revoluciona o texto e a TV chega ao Brasil;

– 1951: criação dos jornais Última Hora e O Dia;

– 1952: Adolfo Bloch cria a revista Manchete;

– 1953: a CPI da Última Hora;

– 1954: o suicídio de Vargas;

– 1956: começa a reforma do Jornal do Brasil;

– 1958: uma foto polêmica: JK e Foster Dulles;

– 1959: surge a revista Senhor.

Compreendemos que toda linha do tempo é formada por textos bem resumidos sobre acontecimentos considerados marcantes ou principais. Lowenthal relativiza a crítica contemporânea feita a esse tipo de narrativa, ao lembrar que estabelecer sequências cronológicas já foi bastante importante, mas hoje se tornou algo corriqueiro.

> Datas e cronologias estão agora fora de moda. Especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, a história humana parece seguir não mais uma única linha, mas sim as de inúmeras culturas diferentes, sendo impossível e também irrelevante englobá-las numa sequência comum. [...] Novas ênfases na história econômica, social e intelectual comprometeram ainda mais a importância da cronologia: não era possível atribuir datas a culturas e ideologias, da mesma forma que aos reis e às suas conquistas (Lowenthal, 1981, p. 123).

Linhas do tempo não são mais valorizadas, frente a tantas descobertas da multiplicidade de atores sociais que fazem a história. Certamente, este não é o espaço para a problematização do fazer histórico. Porém, a seleção que é feita também demonstra certa visão histórica, e o fato de ela se encaixar na seção História do site significa que se trata de uma construção mediada por um intérprete autorizado. No caso dos anos 1950, listamos todos os fatos da linha do tempo, oito no total. Desses, dois dão ênfase à criação de periódicos e aos sujeitos que realizaram o empreendimento. Dois tratam de personalidades públicas (a foto de JK e Dulles; o suicídio de Vargas). Outros quatro dão destaque a acontecimentos relacionados a periódicos: criação, reforma (que pode ser considerada quase que uma segunda criação) e CPI. Assim, temos uma mostra de que, neste espaço, a compreensão de história não é processual.

Outra subseção importante sob a rubrica História é a Memória sindical[6]. Aqui já vemos que o Centro não faz, pelo menos perante o seu público, uma distinção clara entre história e memória. Essa subseção apresenta dois vídeos: um depoimento de Ana Arruda sobre a greve dos gráficos no Rio de Janeiro em 1962, apoiada pelos jornalistas, e um de Audálio Dantas sobre a morte de Vladimir Herzog, enfatizando o posicionamento do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo na repercussão do caso. Além disso, são

[6] Não analisaremos a subseção “Perfis” por acreditar que esse trabalho, de certa forma, já foi feito em conjunto com a abordagem dos “Depoimentos”.

disponibilizadas três fotos: duas do ato ecumênico em memória de Herzog e uma da posse de Audálio Dantas na presidência do sindicato, todas de 1975.

O material é pouco farto, especialmente quando se trata de um projeto de um sindicato. Fica evidente, portanto, que embora tenha um caráter institucional, não é esse o tipo de memória que prevalece no Centro. Um movimento de construção de memórias institucionais foi analisado por Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa. Segundo as autoras, "essas empresas buscam, através da sistematização de uma história e de uma memória, construir uma identidade institucional, produzindo a partir desse movimento a sua própria legitimação" (Ribeiro; Barbosa, 2005, p. 106). Elas se referem ao boom de memória elaborada e sistematizada institucionalmente por empresas como a Petrobras, os supermercados Zona Sul, o Grupo Gerdau, a Chocolates Garoto e as Organizações Globo.

Apesar de ser diferente – com lógica política, na verdade, oposta – de empresas, sindicatos também são instituições e, como tais, têm pretensões de conferir coerência e coesão ao grupo de filiados. Projetos de memória e, por conseguinte, de identidade podem ser um mecanismo para alcançar tal objetivo. O pouco espaço reservado à memória sindical, além de nenhum espaço para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, mostra que criar, preservar e difundir certa memória institucional não é um objetivo central para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

Considerações finais

A página na internet do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo apresenta múltiplos sentidos com relação à história e à memória. Apesar de ser feita por um sindicato, privilegia os depoimentos de "grandes testemunhas", seguindo o que foi o início da história oral no Brasil, mas distanciando-se de uma de suas importantes vertentes: contar a história a partir de baixo. Ainda assim, isso não significa que tais depoimentos simplesmente reiterem uma suposta "memória oficial" do jornalismo: eles são múltiplos, complexos e matéria-prima fundamental para que outros pesquisadores os analisem criticamente, em comparação com outros documentos.

A noção de "história" do Centro apresenta-se confusa para o público: há uma evidente mistura entre história e memória, uma supervalorização dos grandes marcos do jornalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que um desejo de se fornecer material para que se conte a história sindical.

Esta acaba não sendo o foco do acervo nem da história elaborados pelo Centro. Pelo prisma de pesquisadores de história do jornalismo, a falta desse foco é de fundamental importância, pois, por não haver um claro enquadramento, o Centro colabora para que pesquisas sejam realizadas a partir do material que disponibiliza, não a partir de sua visão de história (destacada na Linha do Tempo, mas pouco presente em outros espaços).

Referências

ALBUQUERQUE, A. de. "On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed From a Brazilian Perspective". In: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems beyond the Western World*, 2012.

_____. "A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas". [on line] Disponível em http://www.compos.org.br/e-compos. Acessado em 15 de maio de 2011.

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANÇOIS, E. "A fecundidade da história oral". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOZANO, J. E. A. "Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LOWENTHAL, D. *Como conhecemos o passado*. In: Projeto História, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 63-201. São Paulo: EDUC, 1981.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, A. *The death of Luigi Trastulli and other stories.* New York: State University of New York, 1991.

RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50.* Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

_____. *Velhos jornalistas*: memória, velhice e identidade profissional. [on line] Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br. Acessado em 15 de maio de 2011.

RIBEIRO, A. P. G.; Barbosa, M. *Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional*. In Anais do II Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 2005.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris: Seuil, 2000.

SARLO, B. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.